

A IMIGRAÇÃO ALEMÃ NO RIO GRANDE DO SUL – O CASO DA COMUNIDADE POMERANA DE PELOTAS

*Giancarla Salamoni**

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo compreender as circunstâncias que permearam a colonização européia não-portuguesa, particularmente a imigração alemã e pomerana, no Estado do Rio Grande do Sul e município de Pelotas. Para tal, procedeu-se a reconstituição dos aspectos históricos que definiram as bases da ocupação da terra e do desenvolvimento da agropecuária colonial, baseado na produção familiar.

PALAVRAS-CHAVE: Imigração – Pomeranos – Produção familiar – Pelotas.

Em vista das profundas transformações políticas e sociais ocorridas na Europa desde o início do século passado, entre elas as lutas pela unificação nacional da Alemanha, a guerra franco-prussiana e o crescimento do capitalismo industrial, contingentes populacionais tornados supérfluos ao novo contexto econômico-produtivo, passaram a encaminhar-se para a América sendo o sul do Brasil um dos principais destinos.

De acordo com IANNI (1972), o processo imigratório está diretamente ligado a mudanças estruturais, tanto dos países de emigração, como das nações de imigração.

Até o início do século XIX, a Alemanha manteve-se essencialmente rural. A revolução agrícola e demográfica, que ocorreu neste século, serviu de fator propulsor ao desenvolvimento do processo de industrialização e urbanização. O principal reflexo dessa revolução no campo foi o dismantelamento da estrutura feudal, o que ocasionou a expulsão de grande parte dos pequenos camponeses alemães. Essa conjuntura favorável à imigração

* Professora Adjunta do Departamento de Geografia e Economia do Instituto de Ciências Humanas/UFPel.

Doutora em Organização do Espaço – UNESP – SP.

encontrou respaldo nos interesses do Governo Imperial em recrutar colonos, a fim de estimular o desenvolvimento econômico através da ocupação efetiva do território.

Os imigrantes dos anos 1830 a 1850 vinham do sudoeste da Alemanha, de regiões definidas como tendo estrutura econômica agrícola, em combinação com o artesanato rural e com pequenas indústrias domésticas. No período de 1850 a 1865, provinham das regiões agrárias do norte e do leste. Do restante da Alemanha, saíam, durante os anos 1865-1895, grupos sociais empobrecidos, juntamente com artesãos e pequenos empresários. E, a partir de 1880, a maioria dos emigrados passa a ser de procedência urbana. (ALENCASTRO e RENAUX, 1997)

Os imigrantes europeus foram fundamentais para a organização de novas estruturas socioeconômicas, políticas e culturais no sul do Brasil. Esse processo exigiu dos imigrantes e de seus descendentes a construção de uma identidade, em que as verdadeiras origens foram muitas vezes obscurecidas. Nas palavras de CUNHA (1996: 255), "Em que pobres e miseráveis viraram aventureiros, em que deserdados viraram empreendedores e em que excluídos se tornaram participantes".

A diversidade existente entre os grupos de imigrantes, explicada pelo fato de estes não terem a mesma procedência regional e, conseqüentemente, não possuírem a mesma herança sociocultural, era por vezes muito acentuada, capaz de levar os alemães a julgarem a si próprios estrangeiros.

Dentro dessa perspectiva, há que se reconhecer o "background" trazido pelos imigrantes alemães, o qual se encontra refletido nos processos de produção e nas relações de trabalho implementados nas colônias.

Enquanto alguns traziam uma concepção capitalista das relações de produção, uma vez que eram provenientes de regiões mais desenvolvidas, onde o surto industrial acabou por gerar uma massa de excluídos que foi canalizada para a emigração, outros contingentes não tiveram a mesma origem. Uma parcela significativa de imigrantes alemães eram oriundos de regiões marcadas por um modelo econômico agrícola essencialmente servil, do qual herdaram um modo de vida bastante específico. IANNI explica que,

Na maioria dos casos, o equipamento social básico do imigrante é aquele 'sistema social tradicional' do camponês preso a uma estrutura feudal de vida. Qualquer tentativa de compreensão do imigrante no Brasil não pode deixar de partir de uma análise, não somente das condições sociais e culturais na comunidade originária, como também das suas conexões com a estrutura total, bem como com instituições particulares, tais como as econômicas, políticas, religiosas, etc. O conhecimento das formas de vinculação da pessoa ao meio sociocultural onde se desenvolveu, são essenciais à compreensão dos mecanismos de ajustamento à sociedade adotiva. (IANNI, 1972: 183)

Para ALENCASTRO e RENAUX (1997), nas camadas mais modestas existia uma **Heimatlosigkeit** (ausência de sentimento de pátria), vivenciada como a não-propriedade do solo, e esta condição de *sem-terra*, equivalia a de ser alguém *sem-pátria*. Provavelmente, esse desprendimento do imigrante alemão em relação às suas origens, levou-o a ver na emigração uma alternativa para realizar seu desejo de ser proprietário de um pedaço de terra.

Sabe-se que, durante o século XIX a unificação alemã foi marcada por profundas transformações determinadas pela expansão do capitalismo sobre um quadro de declínio do feudalismo. Essas mudanças se processaram de formas e ritmos diferenciados nas diversas regiões da Alemanha.

No caso específico da Pomerânia, terra de origem dos imigrantes objeto de estudo no presente trabalho, esta localizava-se na região oriental da Alemanha, sob o domínio do Império Prussiano. Nessa região, a transição do sistema feudal para o capitalismo teve início em 1807, quando o Estado Prussiano decretou a abolição definitiva da servidão camponesa. Contudo, a maior parte dos camponeses perdeu parte ou todas as terras que cultivava, sendo obrigada a se submeter ao trabalho nas propriedades senhoriais ou, então, buscar ocupação nas indústrias urbanas, engrossando a massa de deserdados que passaram a viver nas cidades. Além dessas possibilidades restava, ainda, a alternativa de migrar para a América, na busca de melhores condições de vida.

Diante desse quadro, é possível entender que os camponeses, no caso os de origem pomerana, habituaram-se a ser conduzidos pela mão por um “senhor” que lhes ordenava e proibia, e, por fim, se ocupava dos problemas fundamentais de sua existência.

De acordo com SCHIMITZ, os imigrantes pomeranos, eram de caráter fechado e reservado. Já que não haviam sido donos das terras em que trabalhavam, não estavam acostumados a tomar decisões. (op. cit. RADUNZ, 1995: 81)

Essa mentalidade atribuída aos imigrantes pode ser explicada em razão das relações de servidão havidas na Pomerânia nos séculos precedentes à colonização.

Segundo RADUNZ (1995), é preciso considerar essa característica peculiar desses imigrantes como sendo fator limitante ao desenvolvimento no interior das colônias recém-formadas. Essa falta de iniciativa poderia ter levado à consolidação de um modelo produtivo mais voltado à subsistência do que à produção de excedentes.

A chegada dos imigrantes de origem pomerana ao sul da Província do Rio Grande do Sul esteve atrelada à colonização na chamada Serra dos Tapes, localizada no interior dos atuais municípios de São Lourenço do Sul e Pelotas.

Várias tentativas de colonização tinham sido realizadas nessa área, especialmente por empresas particulares, porém, não obtiveram o sucesso esperado. Por outro lado, iniciativas como a do empresário alemão Jacob Rheigantz lograram êxito, como observa VIVALDO COARACY:

(...) na série de insucessos das várias tentativas de colonização por iniciativa particular, notava-se uma exceção singular. Uma colônia houve que, vencendo as dificuldades e vicissitudes naturais a este gênero de empreendimento, se desenvolveu, cresceu e prosperou até atingir a autonomia sob a forma de município, única e exclusivamente sob a administração privada, sem que se apresentasse a necessidade de ser encampada pelo governo, para evitar que se aniquilasse e desaparecesse. (COARACY, 1957: 23)

Dotado de espírito empreendedor, Jacob Rheigantz, natural de Sponheim – Alemanha, investiu no desenvolvimento de atividades agropecuárias em áreas de matas. COARACY registra que:

A residência em Pelotas, para onde se transferiu depois do casamento, proporcionou-lhe ocasião de melhor conhecer as regiões vizinhas no mesmo município, onde vastas extensões de terras férteis permaneciam incultas e devolutas. À margem da Lagoa dos Patos, na embocadura do arroio São Lourenço, existiam as propriedades dos estancieiros José Antônio de Oliveira Guimarães e Francisco dos Santos Abreu, em torno de cujas residências se erguiam uns poucos e pobres ranchos, dependências dos estabelecimentos e moradias de “peões” e agregados. A isso se chamava o Porto de São Lourenço, que não atingia sequer as proporções de simples povoado. (COARACY, 1957: 37)

Em 1856, após ter obtido autorização do Governo Imperial, Rheigantz formou uma sociedade com o lourenciano Cel. José Antonio de Oliveira Guimarães, para a aquisição de terras destinadas aos núcleos coloniais.

No contrato social firmado em 15 de março de 1857, entre o Cel. Guimarães e Jacob Rheigantz, constam as seguintes cláusulas, conforme RODRIGUES:

“Primeira - A Sociedade entre José Antônio de Oliveira Guimarães e Jacob Rheigantz tem por fim estabelecer uma colônia agrícola em terras de que trata a cláusula segunda, na Serra dos Taipés, nesta Província; e durará pelo espaço de 5 anos, a contar do dia em que se verificar a compra das terras e, continuará por mais tempo, se assim convier aos sócios.

Segunda - O sócio José Antônio de Oliveira Guimarães comprará para a sociedade as datas ou sesmarias e posses de terras que julgar convenientes e precisas para a colônia, entre os Arroio Grande e São Lourenço.

Terceira - O sócio Rheigantz tomará sobre si encaminhar os colonos, por meios legais, para os

estabelecimentos coloniais da sociedade e fornecê-los, logo que cheguem ao porto dessa Província, de comestíveis e ferramentas pelo espaço de seis meses.

Quarta - O sócio Guimarães deverá preparar com antecedência, agasalhos em grande escala para receber os colonos, no lugar ou lugares mais próximos do desembarque das datas destinadas aos colonos o transporte do Porto de São Lourenço para as datas, assim como animais vacuns, cavalares, ovelhuns e aves de criação.

Quinta - O sócio Guimarães fica com poderes para tirar dinheiro a prêmio para as primeiras medições das datas compradas e subdivisões das colônias nas mesmas.” (RODRIGUES, 1909: 165-166).

Os primeiros imigrantes assentados chegaram em 18 de janeiro de 1858, procedentes de Altona, Hannover, Saxônia, Hamburgo, Holstein, România, Osterfeld, Lübeck e da Pomerânia.

Dessa última região, vieram os casais Gotllieb Heling (3 filhos), Wilhelm Zíbell (1 filho) e Joahann Zíbell (5 filhos), os quais deram origem à comunidade pomerana inserida nesse núcleo colonial. Posteriormente, foram se agregando novos contingentes de pomeranos ou de descendentes, oriundos de outras regiões do Brasil.

Dada as inúmeras dificuldades em que viviam os pomeranos em seu país de origem, formou-se grande expectativa em relação ao futuro que os esperava na nova pátria. Entretanto, as condições de infra-estrutura que os aguardavam eram extremamente precárias.

A área destinada à formação das colônias era uma gleba de terra coberta de mata virgem de topografia irregular. De acordo com COARACY (1957: 37), “Por trás das duas estâncias, subindo os suaves aclives da chamada Serra dos Tapes, uma sucessão de coxilhas mansas, desdobrava-se a mata virgem sobre um solo rico de húmus”.

Para a delimitação dos núcleos coloniais, foram abertas picadas e, aos lados, marcavam lotes de tamanho que permitissem a sobrevivência das famílias, obedecendo à topografia e ao relevo, o

que fazia com que estas fossem rigorosamente iguais. Os lotes tinham em média 484.000 m² ou 48 hectares.

Além de Pelotas e São Lourenço do Sul, os pomeranos formaram comunidades em Santa Cruz do Sul e São Leopoldo, e, ainda, nos Estados de Santa Catarina e Espírito Santo.

Por meio da pequena propriedade familiar e da produção de gêneros alimentícios diversificados, introduziu-se um novo padrão econômico e sociocultural no Sul do Império. Da mesma forma, o fato de os imigrantes terem ocupado a mesma condição de colonos, determinou a estruturação de uma organização social original, nessa mesma porção do território nacional.

Apesar de ter sido um projeto dos fundadores das colônias, em concordância com as diretrizes do Governo Imperial, o estabelecimento da *figura* do colono também foi uma decorrência da própria origem dos imigrantes, porque, como salientam ALENCASTRO e RENAUX (1997: 20), ... “a situação econômica e social da maioria dos imigrantes não permitia que se envolvessem no grande comércio ou na grande agricultura de exportação”.

As atividades produtivas dos colonos de origem pomerana embasava-se, nos seus primórdios, numa agricultura de subsistência, o que lhes permitia elevado grau de independência econômica em relação ao meio urbano. JEAN ROCHE salienta que

A atividade de todas as colônias e de todos os seus habitantes, pelo menos no começo, era a cultura de subsistência, sobretudo de milho, do feijão-preto e da batata. Nessa época, firma-se entre os colonos a idéia de que as únicas terras propícias para a agricultura são de florestas. (ROCHE, 1969: 13)

Por essa razão, os imigrantes foram responsáveis pelo intenso desmatamento, com o objetivo de formar lavouras.

Os colonos plantavam milho, feijão, batata, cebola, árvores frutíferas e não costumavam cultivar arroz, com exceção de uma minoria, que plantava arroz de “sequeiro” para o próprio consumo. Criavam eqüinos, bovinos, suínos e aves, cujos subprodutos também comercializavam.

Uma vez que tinham condições de produzir “em casa”, grande parte do que consumiam, comprando na própria comunidade quase tudo o de que necessitavam para complementar suas necessidades, o capital gerado pelos agricultores circulava exclusivamente na zona rural. As vendas coloniais ofereciam, além de gêneros alimentícios, também ferramentas, tecidos, utensílios domésticos, combustível, entre outros. Na própria colônia haviam serrarias e carpintarias que fabricavam móveis, carroças, caixões, janelas, portas, etc.

A presença, hoje, de alguns moinhos coloniais desativados, são testemunhas de uma época em que houve plantio de trigo, sendo este cereal trocado pelo produto já beneficiado – a farinha. Igual procedimento acontecia com o milho, que não servia apenas para a alimentação dos animais.

ROCHE confirma esse fato quando diz que:

O trigo foi cultivado, em primeiro lugar, pelos colonos desejosos de afirmar a superioridade de sua condição, comendo pão branco. A produção tritícola, limitada à satisfação das necessidades domésticas, cedo declinou, pois essa cultura oferecia muitas possibilidades, mas não lucros suficientes para atrair os agricultores, apesar de os sucessivos governos a estimularem. (ROCHE, 1969: 245)

O tipo de economia colonial implantada pelos imigrantes alemães, teve como característica marcante o estabelecimento da policultura a qual, segundo a tradição alemã, deveria solidificar o caráter independente dos colonos. Ao lado disso, o trabalho familiar serviria para reforçar essa idéia de independência, uma vez que não se utilizava mão-de-obra externa entre os colonos. Todos os membros da família envolviam-se nas tarefas domésticas e na produção agrícola a fim de alcançar a autonomia econômica.

Não obstante, foi essa mesma organização, formada nos núcleos coloniais auto-suficientes, que originou novas formas de convivência entre os colonos. Em grande parte desses núcleos, os imigrantes tentaram recriar a noção de **Heimat** (pátria), representada objetivamente pela região colonizada e pelas relações sociais estabelecidas entre os colonos, motivadas por laços de

parentesco e amizade que, em última instância, estavam marcadas por um mesmo passado. A noção de que pertenciam a uma mesma comunidade levou os colonos alemães a promoverem o surgimento de uma série de associações, cujo objetivo era, em princípio, a manutenção da sua herança cultural. As primeiras iniciativas para o estabelecimento da *vida comunitária*, foram a construção de igrejas e escolas e, em seguida, as associações destinadas a promover o convívio social, como os clubes de tiro, corais comunitários, grupos de danças folclóricas, entre outros.

No plano econômico, muitas vezes o associativismo manifestou-se como expressão da vida privada, pelo fato de os colonos terem sido entregues à própria sorte, depois de instalados nos seus lotes de terra. Não são raros os casos de associações agrícolas surgidas nas colônias alemãs para buscar soluções para os problemas relativos ao setor produtivo.

Em época posterior ao início da colonização, houve um incremento na agricultura colonial, especialmente na área da fruticultura, quando foram introduzidas novas variedades, pesquisadas, produzidas e distribuídas aos agricultores pela Estação Experimental de Vitivinicultura, Enologia e Frutas de Clima Temperado de Pelotas¹, como, por exemplo, caqui, pêssego, figo e pêra.

Convém salientar que o pêssego permaneceu por muito tempo como uma das culturas de maior importância econômica dessa região. Em decorrência da instalação de indústrias conserveiras, por volta da década de 50, os agricultores foram incentivados a modificar seus sistemas de cultivo, passando a produzir, ao lado das culturas tradicionais de subsistência, matérias-primas como o pêssego, aspargo, milho-doce, morango e ervilha.

A criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA – em 1972, propiciou o desenvolvimento de pesquisas agrônômicas voltadas à geração de produtos que melhor se adaptassem às necessidades do processo industrial. Nessa mesma

¹ *Essa Estação Experimental foi criada em 1937, fruto de um convênio entre o Ministério da Agricultura e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, e tinha por finalidade realizar trabalhos relativos à produção, melhoramento e defesa da vitivinicultura e frutas de clima temperado. (GRANDO, 1989: 117)*

época, foi instalado em Pelotas o Centro Nacional de Pesquisa de Fruteiras de Clima Temperado, pertencente à EMBRAPA, e responsável pelos experimentos relacionados à fruticultura, com ênfase no desenvolvimento da cultura do pessegueiro.

Entretanto, devido à oscilação de preços e às crises econômicas de âmbito nacional que atingiram as indústrias conserveiras, refletindo uma política inadequada aos interesses do setor primário, os agricultores foram levados a buscar no cultivo de outros produtos que servem de matérias-primas para o setor industrial, maior rentabilidade para sua atividade produtiva.

Organização do espaço pela agropecuária colonial

As terras de matas foram consideradas o centro de expansão das colônias e, não importando qual tenha sido o agente colonizador, nem a natureza étnica do povoamento nestas áreas, a consolidação da propriedade agrícola familiar enfrentou a mesma série de dificuldades.

Diante das condições impostas pelo meio físico, a instalação das atividades produtivas exigia um mínimo de capital que, por sua vez, os imigrantes empobrecidos estavam longe de possuir. Assim, os colonos lançaram mão apenas do seu trabalho na árdua tarefa de derrubar a mata e tornar produtivos os solos – nesta época, **colonizar** e **desmatar** eram sinônimos. Para tal, foi adotado o sistema primitivo de rotação de terras do tipo **roça**.

As informações obtidas sobre os sistemas agrícolas das primeiras colônias do Rio Grande do Sul mostram indícios da primitividade dos meios de produção utilizados nas tarefas agrícolas. O isolamento em que se encontravam, aliado à falta de iniciativa governamental no sentido de criar condições de progresso, provocou um rebaixamento no padrão técnico do imigrante, em relação ao utilizado na Europa. Muitos colonos abandonaram o uso do arado e passaram a empregar apenas instrumentos para trabalhos manuais.

GRANDO confirma as condições primitivas em que a natureza foi apropriada pelos colonos no município de Pelotas, quando declara que estes adotaram “um sistema de culturas sobre queimadas, após a derrubada do mato virgem, ateavam fogo e em

seguida, preparavam a terra só com o uso da enxada". (GRANDO, 1989: 66).

Devido ao ambiente físico e econômico desfavorável, não conseguiram manter o nível técnico trazido da Europa, e grande parte dos imigrantes tornaram-se dependentes de sistemas agrícolas primitivos para obter uma produção razoável que garantisse sua sobrevivência. Nesse processo, os agricultores europeus fizeram-se herdeiros da tradição luso-brasileira, adotando as práticas indígenas no cultivo do solo e não foram raros os casos de alemães, italianos ou seus descendentes, que adquiriram terras de campo para estabelecerem seus lares e tornarem-se grandes proprietários-criadores, cuja produção esteve calcada sob moldes extensivos e com baixos índices de produtividade.

Nas áreas em que os agricultores adotaram a diversificação de culturas associada à tração animal, esperava-se que tivesse ocorrido uma maior complementaridade entre a atividade criatória e a agricultura. Porém, como os animais não eram criados confinados, não se difundiu a prática da adubação orgânica, pelo menos durante os primeiros anos da colonização.

O montante de produção obtido basicamente em função da fertilidade dos solos, destinava-se ao autoconsumo e ao abastecimento das tropas militares que operavam na região. Nesta época, não existiam perspectivas de comercializar em maior escala o excedente agrícola.

DENIS esclarece a situação vivenciada pelos colonos sulinos até meados do século passado na seguinte passagem:

A terra fornecia abundantes colheitas mas não se sabia o que fazer com elas. Os relatórios oficiais apresentam os colonos vivendo na abundância. Não mentem, pois cada lote alimentava abundantemente uma família; entretanto escondem uma parte da verdade já que esta abundância não era prova de riqueza. A fertilidade dos solos não bastava e a letargia econômica era completa.
(DENIS, 1951: 236)

Além disso, os colonos sofreram grandes prejuízos devido às sucessivas perdas da colheita, seja por conta das más condições

climáticas ou dos ataques de pragas, que dizimavam totalmente a produção. Por várias vezes, o governo teve que intervir, subsidiando o abastecimento de víveres às colônias, através da importação de produtos agrícolas dos países vizinhos. Foi o que aconteceu em 1876, quando a lavoura tritícola foi totalmente destruída pelos ratos, obrigando o Estado a comprar trigo no Uruguai, para depois vender aos colonos. Tal fato provocou um acréscimo no efetivo da dívida do colono junto ao Governo.

Alguns colonos, entretanto, evoluíram para um sistema intensivo de rotação de culturas e buscaram desenvolver-se baseados na especialização em determinados produtos.

Essa evolução está diretamente atrelada às possibilidades de romper o isolamento inicial e atingir o mercado. As vias de acesso às zonas coloniais eram precárias, acarretando uma elevação nos custos de transporte. Este problema foi amenizado, em parte, pelas conexões com as vias navegáveis, entre os portos do rio Taquari, com os tributários do Jacuí. Também, a construção da ferrovia, ao longo da base da Serra Geral, e de seus ramais secundários, foram decisivos à mudança da dinâmica econômica das colônias. Para a região de Pelotas, ressalta-se a importância do ramal ferroviário que ligava Porto Alegre com a fronteira argentina a oeste, possibilitando a integração das áreas coloniais situadas nas Serras de Tapes (norte-noroeste do município).

Quanto às condições naturais, estas parecem, já à primeira vista, animadoras aos colonos que chegavam ao norte do município de Pelotas. Em quase toda esta região, a qualidade do solo era ótima e, embora acidentada, grande parte da terra cultivável poderia ser lavrada com arados.

O clima temperado da serra, associado ao tipo de solo, forneceram as condições básicas para que se efetuassem cultivos diversificados. Porém, privilegiou-se o desenvolvimento da fruticultura em escala comercial. Parte dessa produção era remetida para fora da zona colonial, para ser vendida *in natura*; o restante era localmente transformado em passas e doces, e, depois, comercializado.

Os colonos inseridos nesse contexto passaram a contar com uma razoável infra-estrutura em vias de comunicação, fruto da iniciativa dos agentes colonizadores, preocupados em melhorar as

condições de transporte para os produtos de origem colonial. Esta ação planejada deu origem a uma numerosa rede de caminhos vicinais e possibilitou o desenvolvimento das estradas de rodagem.

Nos anos que se seguiram à colonização europeia, a fisionomia do território gaúcho foi sensivelmente modificada. Os grupos humanos nele fixados imprimiram, sobre o espaço, formas típicas de adaptação às condições do meio físico, e basta uma simples observação, para identificar os contrastes resultantes da introdução de um elemento novo – o imigrante europeu não-português – no espaço local dominado pelo estancieiro de origem luso-brasileira. Seu modo particular de organização social e econômica pode ser assimilado ao que **SORRE** chama de **gênero de vida**, ... “através do qual o modo de habitat, a estrutura agrária, partilha e forma dos campos – o tipo de propriedade e de exploração – inscrevem no solo, em traços materiais, o funcionamento do gênero de vida”. (SORRE, 1963: 32)

O primeiro aspecto diferenciador instaurado pelos imigrantes foi quanto ao tipo de povoamento, pois a zona colonial apresenta um caráter mais denso em relação à dispersão das áreas de campos. A proximidade dos lotes coloniais, reflexo da estrutura fundiária, favoreceu a formação de inúmeras vilas e povoados – embriões dos futuros centros urbanos.

Por outro lado, as vastas extensões de terras que separavam as sedes das fazendas não proporcionaram uma maior integração entre elas.

O extraordinário crescimento populacional do município de Pelotas ocorreu, sem dúvida, em função da colonização sobre as áreas de serras ao norte, uma vez que a faixa litorânea, ocupada pelas estâncias e pelos campos de criação, mantinha-se com uma população escassa.

Os estudos mostram, além disso, que a fertilidade biológica presente nas colônias foi um fator determinante para o rápido adensamento populacional e conseqüente expansão dos imigrantes e seus descendentes.

Analisando o comportamento da agropecuária colonial nas primeiras décadas do século XX, percebeu-se que a sua trajetória seguiria marcada pelo contexto de crise que afetava a economia como um todo. A produção gaúcha enfrentou a concorrência

imposta pelas regiões agrícolas do centro do País que, pelo simples fato de estarem geograficamente localizadas próximas dos mercados mais dinâmicos, comercializavam seus produtos com melhores condições de competitividade.

Outro agravante foi que os produtos de origem colonial não dispuseram de nenhum tipo de amparo oficial, ficando em uma posição desvantajosa frente ao capital comercial monopolista, o qual absorvia o excedente econômico, gerado em nível de produção, via compressão de preços.

Aliada a todos estes fatores, a agricultura gaúcha enfrentava as conseqüências do rápido esgotamento dos solos e o contínuo fracionamento das propriedades coloniais. O resultado imediato destes problemas foi o desencadeamento de um processo de migração interna dos descendentes dos imigrantes europeus para áreas pioneiras ao norte do Estado. Esta expansão da fronteira agrícola exigiu um tempo mínimo para que as novas áreas colonizadas pudessem integrar-se efetivamente à economia regional.

Paralelamente, ocorria a expansão do processo de urbanização (décadas de 30 e 40), aliada ao crescimento do emprego nas cidades, permitindo a colocação efetiva do excedente físico da atividade policultura no mercado. Este foi um dos motivos que determinou a sobrevivência continuada da agropecuária colonial.

As relações mercantis estabelecidas com o setor urbano-industrial marcaram definitivamente o atrelamento dos produtores familiares ao processo de modernização deflagrado na agricultura do Estado do Rio Grande do Sul.

No bojo desse processo, operou-se uma mudança nas bases técnicas da agropecuária colonial. A agroindústria, que surgiu na cidade, passou a exigir melhor tecnificação e maior especialização dos produtores de matérias-primas, estabelecendo um fluxo contínuo de venda de insumos e compra da produção.

Essa relação de dependência ao capital monopolista, representado pelas grandes empresas, reduziu o produtor à situação de mero fornecedor de matéria-prima e comprador de produtos industriais. E ainda, criou relações diretas de exploração

entre empresários industriais e produtores familiares, quando o trabalho excedente na zona rural foi canalizado para a indústria.

Apesar das vicissitudes do processo de acumulação de capital em curso, a agropecuária colonial encontrou formas de sobrevivência ao longo das diferentes etapas de evolução econômica do País. Segundo os estudos da FEE (1982), justamente por ser um segmento onde as relações familiares formam a base do processo produtivo, reconhecidamente de caráter diversificado, e pelo fato de o **lucro** não ser fundamento da sua existência, a agropecuária colonial manteve uma certa estabilidade durante as alterações da economia nacional.

As colônias agrícolas, assim formadas, reuniam condições que asseguravam a posse da terra aos agricultores, dando-lhes também aquele sentimento de dignidade necessário a quem trabalha e procura produzir: a propriedade dos seus meios de produção.

Independentemente da origem, os imigrantes que chegaram ao Rio Grande do Sul tinham em comum o mesmo ideal que era: "A conquista de um pedaço de terra como patrimônio e meio de subsistência da família e explorado economicamente sem o auxílio de braços estranhos". (HOLANDA, 1960: 2430)

Esse "individualismo interno" constitui-se numa das características inerentes à colonização européia não-portuguesa e, refere-se ao forte apego existente entre os membros do grupo familiar, capaz de conservar unidas diversas gerações, se não no mesmo lar, pelo menos nas proximidades. Mesmo no caso de haver o fracionamento da propriedade original, o núcleo familiar mantém-se agregado através do processo produtivo. Além disso, a mão-de-obra não-remunerada também marcou, desde o início, a organização desses núcleos coloniais.

O resultado desse processo foi o aparecimento de comunidades rurais com determinadas características socioculturais que apresentam uma variedade de formas de pequenas unidades produtivas, de dimensões variadas, organizadas com base na divisão do trabalho familiar e na atividade policultora de subsistência.

Por outro lado, o **camponês** inserido nesse sistema, possuindo uma área restrita de terra e com precários meios de

produção, buscou ocupar imediatamente um espaço no circuito mercantil da economia, comercializando os excedentes agrícolas e, por vezes, especializando-se em atividades de maior demanda no mercado.

À medida que este segmento produtivo aprofundou suas relações com o setor urbano-industrial, teve modificada sua base tecnológica e alteradas suas relações sociais de produção. Tornase, então, um membro efetivo do **complexo** que comanda a dinâmica na moderna agricultura.

O que se percebe no município de Pelotas, é que a maior parte dos produtores familiares caracteriza-se, hoje, por um tipo de subordinação ao capital que não implicou necessariamente a perda do controle dos seus meios de produção, principalmente da sua parcela de terra, a qual permanece apropriada juridicamente. E apesar da relativa dependência econômica das culturas comerciais, não significa que estes produtores eliminem uma das suas características históricas que é a produção de subsistência.

Fica assegurada, assim, a reprodução permanente do produtor familiar no contexto da agricultura brasileira.

A história anterior dos imigrantes, as condições específicas de sua instalação no sul do Brasil – independentemente das grandes propriedades – e a possibilidade de reprodução da família, explicam por que as colônias meridionais puderam constituir comunidades camponesas genuínas.

Nessa perspectiva, o produtor familiar, criado e recriado no contexto da agropecuária colonial, é um **camponês** – inserido nos circuitos mercantis da produção agrícola, subordinado às diferentes formas assumidas pelo capital, realizando um processo de trabalho definido por SANTOS (1978: 23) como “... um processo de trabalho não-especificamente capitalista, reproduzido historicamente pelo modo de produção capitalista, determinado como produtor de mercadorias e criador de trabalho excedente”.

Em síntese, os camponeses do sul do Brasil reafirmam continuamente sua vinculação com a terra, baseada na organização do trabalho familiar e na pequena propriedade.

Referências bibliográficas

- ALENCASTRO, L. F. de e RENAUX, M. L. Caras e modos dos migrantes e imigrantes. In: *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, v. 2, 1997. p. 291-335.
- COARACY, V. *A Colônia de São Lourenço do Sul e seu Fundador Jacob Rheingantz*. São Paulo: Saraiva, 1957.
- CUNHA, J. L. da. Da miséria fugiram (pelo menos a maioria). In: *Nós, os Teuto-Gaúchos*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFGRS, 1996. p.255-266.
- DENIS, P. A Colonização do Rio Grande do Sul. In: *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro, ano IX, n. 99, 1951. p.235-242.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *25 anos de Economia Gaúcha: A Agricultura do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1982.
- GRANDO, M. Z. *Pequena Agricultura em Crise: o caso da colônia francesa no RS*. Porto Alegre: FEE, 1989.
- GRANZOW, K. Pommeranos unter dem Kreuz des südens. In: *Pommern-Kunst*. Geschichte, Volkstun X, Jahrgang. (Heft 4).
- HOLANDA, S. B. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difusão Européia do livro. v. 6, 1960 – 1971.
- IANNI, O. *Raças e Classes Sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- RADUNZ, R. Colônia – um modelo falido. In: *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 1, n. 2, Outubro, 1995. p.77-84.
- ROCHE, J. *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: ed. Globo, 1969. Tomo I e II.
- RODRIGUES, A .F. *Almanaque Literário e Estatístico e do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Americana, 1909.
- SANTOS, J. V. T. dos. *Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação d trabalho camponês ao Capital*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- SANTOS, J. V. T dos. Conflitos Sociais Agrários: formação e lutas dos camponeses meridionais. *Cadernos de Sociologia*. Porto Alegre, v. 6, 1994. p. 135-153.

SORRE, M. A noção de gênero de vida e seu valor atual. In: *Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, ano XXI, n. 172, 1963.

ABSTRACT: This article's purpose is to understand the circumstances that permeate the non-Portuguese European colonization, especially German and Pomeranian, in the State of Rio Grande do Sul and in the city of Pelotas. For such it was made a reconstitution of the historical aspects that defined the land occupation grounds and the colonial agriculture development, based on family production.

KEY-WORDS: Immigration – Pomeranos – Family production – Pelotas.

